

PETROLEIROS (AS) DO TEBAR NA LUTA! CATEGORIA REJEITA PROPOSTA DA EMPRESA E SE PREPARA PARA O ENFRENTAMENTO

A categoria petroleira do Litoral Paulista mandou o recado para os gestores da Petrobrás na assembleia realizada no dia 21 de junho, rejeitando a proposta da empresa para o acordo coletivo (ACT), aprovando estado de greve, assembleia permanente e indicando greve com início a partir da apresentação de projeto do governo no Congresso para privatização da companhia.

Apesar de poder, mas não interferir nos preços dos combustíveis, Bolsonaro sabe que os aumentos nos postos e no gás de cozinha prejudicam sua tentativa de reeleição. Entregando o controle da Petrobrás aos acionistas, Bolsonaro ganha apoio de setores da economia e pode explorar ainda mais a narrativa de que não tem influência na política de preços da empresa.

Diante disso, os petroleiros entenderam que agora a luta é pela sobrevivência da empresa, pois sem Petrobrás não existe categoria petroleira. A “proposta” de acordo coletivo enviada pela atual gestão é uma afronta à categoria e mostra que a campanha de ACT deste ano seguirá esse tom, numa clara declaração de guerra aos trabalhadores, demonstrando que estão do lado da privatização e para isso farão o possível para colocar no papel (ACT) melhores condições – leia-se, “retirada de direitos”, para entrega de nossa empresa para o mercado. Portanto, não nos resta alternativa, se não enfrentarmos



com as armas que temos.

PL de Arthur Lira

A FNP tem atuado em Brasília, conversando com parlamentares, buscando apoio contra a privatização e tem sido alertada de que as articulações em torno do tema estão avançando e pode surgir como proposta de emenda à Constituição, o que levaria mais tempo e encontra resistência em ano eleitoral, ou como é proposta do deputado Arthur Lira (PP-AL) e foi feito com a Eletrobrás, com o envio de Projeto de Lei (PL) por parte do governo, vendendo suas ações na bolsa de valores, tirando o comando da União nas operações da empresa, perdendo seu papel gestor que poderia favorecer os brasileiros. Dessa forma o governo continuaria sendo acionista, mas sem o poder de comando da empresa, que passaria

a ser do mercado. Para isso, bastaria uma maioria simples no Congresso (50%+1) para a Petrobrás deixar de vez de ser uma empresa estratégica para o país para se tornar mais uma empresa do ramo do petróleo, sem papel social.

Se o (PL) de Bolsonaro passar pela Câmara será o fim da categoria petroleira da noite para o dia e muito se engana quem acredita que a entrega da maior empresa do Brasil não seria tão rápido, vide a já citada Eletrobrás.

E com o comando da empresa nas mãos do setor privado, o próximo passo seria o enxugamento da folha de pagamento, retirada de direitos e benefícios, redução salarial e a demissão de trabalhadores. Nem mesmo os atuais “amigos do rei” serão poupados, não antes de sujarem as mãos uma última vez, demitindo seus co-

legas, assediando para que aceitem receber menos, tal como foi na BR Distribuidora e em outras tantas empresas estatais privatizadas.

Agora que negamos a proposta de ACT e declaramos enfrentamento contra a privatização, devemos manter a mobilização e união, conversando sobre os próximos passos do ACT e debatendo com nossos colegas, que ainda não entenderam o momento que estamos, mostrando a eles que estamos em guerra pela soberania do país, pela sobrevivência da categoria petroleira e em defesa de nossas famílias.

Fique atento aos chamados do sindicato, siga nossas redes sociais e mais importante, ouça o dirigente sindical quando estiver conversando com os trabalhadores!

Nossa vitória depende da nossa união!



Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já!



Android



IOS

ESTATAIS ESTRATÉGICAS ESTÃO SENDO VENDIDAS A PREÇO VIL. PETROBRÁS É A PRÓXIMA DA LISTA, ARTICULA O GOVERNO

A privatização de empresas estatais foi proposta de campanha eleitoral de Bolsonaro, sendo uma das poucas promessas que se comprometeu e de fato tem cumprido, embora muito aquém das 50 empresas que prometeu vender ainda em seu primeiro ano de governo.

A mais recente e vergonhosa transação foi realizada em 9 de junho deste ano, quando o governo conseguiu privatizar a Eletrobrás, maior empresa de energia do país, pulverizando o controle da companhia com a venda de ações na bolsa, passando o controle da empresa para o mercado. A Eletrobrás foi vendida por R\$ 96,6 bilhões. A menos de quatro meses para as eleições, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que parte dos recursos da privatização da Eletrobrás pode ser usada para bancar a proposta do governo Bolsonaro de reduzir o preço dos combustíveis. Ou seja, o Congresso entregou uma

empresa estratégica para o país ao mercado para tentar salvar a reeleição de Bolsonaro!

Segundo o Observatório Social do Petróleo (OSP), entre janeiro de 2015 e julho de 2021 a Petrobrás vendeu R\$ 231,5 bilhões em ativos. Os dados foram retirados do balanço trimestral da companhia, no dia 4 de agosto.

Em sua campanha, Bolsonaro havia descartado a venda da Petrobrás desse bolo de privatizações, mas encontrou entre seus eleitores mais fervorosos e com o apoio do Centrão, que toca a cartilha de Arthur Lira, que toma conta do orçamento secreto, oportunidade para transformar a insatisfação da população com o aumento da inflação, puxada pela alta dos combustíveis, em motivo para vender a Petrobrás, tal como fez com a Eletrobrás.

É contra esse risco iminente que a categoria tem que se mobilizar e se for preciso, fazer a maior greve contra a privatização desde 1995!

No geral, o atual governo privatizou ao todo ou em partes, 11 empresas estatais, dentre elas estão: TAG (Transportadora Associada de Gás); **BR Distribuidora; Liquigás;** Ações do **IRB** (Instituto de Resseguros do Brasil); Neoenergia; Campos de petróleo da Petrobras; **Codesa** (Companhia Docas do Espírito Santo). Também entram como privatizadas os valores desinvestidos em posições acionárias de organizações como: **BNDES Participações S.A** (BNDES-Par); **Banco do Brasil; Caixa Participações** (CaixaPar). Houve ainda a extinção de empresas como: **Companhia Docas do Maranhão** (Codomar); **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais** (Casemg). Para a região da Baixada Santista, o governo federal pretende privatizar ainda este ano o **Porto de Santos**, abrindo mão de mais um ativo importante para o país.

Veja alguns pontos da proposta da empresa que rejeitamos

A proposta vergonhosa da empresa para a categoria está sendo feita depois da direção da Petrobrás distribuir mais de R\$ 100 bilhões aos acionistas. Por isso, temos que nos preparar para os desafios que virão. Veja alguns ataques contidos na proposta rejeitada pela categoria do LP:

A proposta da empresa previa **5% de reajuste** no salário básico, RMNR, estado do Amazonas e VR/VA, a partir do dia 1/07/2022. O valor não cobre sequer a inflação do período, prevista para o final de agosto em 13%.

Cláusulas Sociais

Pagamento de hora extra conforme CLT (50% dias úteis, 100% nos domingos e feriados; Todas as horas extras para Banco de Horas

Adicional Feriado Turno

Fim do pagamento do adicional nos feriados de 21/04; 07/09 e 15/11;

HETT - Hora Extra Troca de Turno 50%, rebaixada para a CLT (atualmente o adicional é 75%).

AMS

Fim das cláusulas de garantias da gestão da AMS do ACT; aprovação do regramento da APS.

Aumento da relação de custeio para 50x50; Aumento da margem consignável para 40%.

Segurança no emprego

Exclusão do Parágrafo 4º da Cláusula 42, que proíbe demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho

Exclusão do 5º grupo de turno para o TIR nos prédios administrativos e/ou unidades não industriais.

Relações Sindicais

Redução das liberações sindicais para as federações; retirada da cláusula de garantia da negociação de PLR.

Transpetro

Segue a proposta da empresa, porém, com o fim da cláusula de negociação da conversão do adicional de Gasodutos e do pagamento do adicional de mestra.

Veja mais no site: <https://tinyurl.com/ed9975mn>